



PROCESSOS : 10.281-4/2012 (FÍSICO), 4.068-1/2012 (FÍSICO) e 16.369-4/2011 (FÍSICO)
INTERESSADO : VALDIR JOSÉ RODRIGUES
ASSUNTO : AGRUPAMENTO DE MULTAS

RELATÓRIO

Trata-se de agrupamento de multas sugerido pelo Núcleo de Certificações e Controle de Sanções deste Tribunal, nos termos do artigo 293, §1º da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno TCE-MT).

A equipe técnica manifestou-se (doc. 4383/2017) pela emissão de decisão do agrupamento das multas aplicadas ao Sr. Valdir José Rodrigues nos processos 10.281-4/2012 (11 UPFs/MT), 4.068-1/2012 (11 UPFs/MT) e 16.369-4/2011 (11 UPFs/MT), que totalizam o montante de 33 UPFs/MT.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer 94/2017 (doc. 5865/2017), subscrito pelo procurador de Contas, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, opinou da seguinte forma:

“a) pela **procedência do agrupamento de multas**, nos termos do art. 293, caput, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução do TCE/MT nº14/2007;

b) pela **remessa dos autos à Presidência deste Tribunal para apreciação da proposta de agrupamento das multas aplicadas ao Sr. Valdir José Rodrigues**, constantes nos processos nº 10.281-4/2014 (multa de 11 UPFs/MT), 4.068- 1/2012 (multa de 11UPFs/MT) e 16.369-4/2011 (multa de 11 UPFs/MT), totalizando o valor de 33 UPFs/MT, conforme art. 293, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução do TCE/MT nº 14/2007;

c) pela **determinação ao Núcleo de Certificação e Controle de Sanções** da baixa no Sistema CONTROL-P das multas pendentes de recolhimento referente aos processos envolvidos, inclusive do presente processo, e a inserção, ao processo mais recente (Processo nº 10.281-4/2012), do saldo total 33 UPFs/MT;

d) pela **remessa dos autos à Procuradoria Geral do Estado** para proceder a execução judicial dos débitos imputados.”

É o relatório.

Tribunal de Contas, 26 de janeiro de 2017.

(assinatura digital)¹
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**
Presidente

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. MIF